COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fl. 57
RUBRICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 099/2022– CPL/PMAA
DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2022
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA E A EMPRESA KERLLON FONTENELE DE ANDRADE, QUE TEM POR OBJETO O FIM ADIANTE ESPECIFICADO, NOS TERMOS DAS CLÁUSULAS A SEGUIR AJUSTADAS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 06.554.018/0001-11, estabelecido na Praça Agostinho Varão, s/n, CEP: 64.855-000, Centro de Antônio Almeida, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. MARCELO TOLEDO LAURINI, brasileiro, casado, aposentado, portador da Cédula de Identidade/RG nº 9.149.543-X SSP SP e inscrito no CPF nº 085.669.728-13, residente e domiciliado em Antônio Almeida/PI.

CONTRATADA: KERLLON FONTENELE DE ANDRADE (EMILIO HONORATO SOLUCOES WEB), empresa individual, inscrita no CNPJ nº 21.456.493/0001-49, sediada na Rua Olavo Bilac, nº 635, Centro em Piripiri/PI, neste ato representada por seu titular Sr. Francisco Emilio Araújo da Silva, brasileiro(a), empresário portador(a) da Cédula de Identidade/RG nº 2.235.946 SSP PI e inscrito(a) no CPF sob o nº 996.548.903-30.

Os Contratantes acima qualificados, tendo entre si justo e avençado, celebram o presente ajuste oriundo da Dispensa de Licitação 004/2022 instruído através do Processo Administrativo nº 099/2022– CPL/PMAA, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes, nos termos das cláusulas adiante esposadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste ajuste a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET E MANUTENÇÃO DO SITE INSTITUCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI, conforme especificações constantes neste Contrato Administrativo.

1.2. Os serviços contratados incluem: suporte técnico em tecnologia da informação; manutenção, hospedagem e atualização de conteúdo do site oficial do Município; manutenção e atualização do Portal da Transparência; apoio técnico ao cumprimento da legislação de acesso a informação e transparência, com publicação da execução orçamentária, legislação, processos licitatórios, despesas com pessoal, contratos administrativos, sistema eletrônico de atendimento ao cidadão e outros; Acompanhamento evolutivo dos sistemas; suporte técnico por telefone, e-mail e aplicativos de mensagens eletrônicas e visitas presenciais de representantes da empresa prestadora a sede da Prefeitura Municipal, quando solicitado e realização das funções necessárias a plena execução dos serviços descritos.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL. 58
RUBRICA

1.3. Independentemente de transcrição, são partes integrantes deste Contrato Administrativo os instrumentos presentes na Dispensa de Licitação 004/2022 e a Proposta de Preços apresentada pela empresa vencedora, elementos constantes no Processo Administrativo nº 099/2022–CPL/PMAA, vinculando esta avença para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATADO

2.1. O valor global contratado no presente ajuste, para fornecimento do objeto licitado é de R$ 12.000,00 (doze mil reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de 1.000,00 (hum mil reais), conforme detalhamento dos itens e especificações do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

3.1. Este Contrato tem vigência até o dia 31 de dezembro de 2022.

3.2. Compete as partes, de comum acordo, nos termos previstos neste instrumento, na Lei nº 8.666/93 e outras disposições legais, realizar por escrito através de Termo Aditivo, alterações contratuais que julgarem convenientes. Sendo reservado à Administração Pública, na busca pelo interesse administrativo, alterar unilateralmente a presente pacto, conforme permissivo legal.

3.3. O Contrato firmado poderá ser prorrogado, caso se enquadre na prerrogativa prevista no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que seja interessa das partes envolvidas e sejam preservadas todas as vantagens para a municipalidade, cumpridas as formalidades legais.

3.4. A Contratada se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme dispõe o art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

4.1. Os recursos financeiros para a despesa decorrente desta contratação correm por conta do Município de Antônio Almeida/PI, devidamente assegurados com a seguinte dotação orçamentária – Fonte dos recursos: FPM, ICMS, IPVA, ISS, IPTU, CIDE e demais Recursos Próprios e demais Recursos Próprios e Despesa:

Unidade Orçamentária: *02.02 – Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças;*
Projeto Atividade: *2.003– Man. dos Serviços de Administração Geral;*
Natureza da Despesa: *3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.*

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA PARTE CONTRATADA

5.1. Para a execução deste contrato, entre outras, constituem obrigações da Contratada:

a) Fornecer o objeto da presente licitação, de acordo com as especificações constantes no Processo Administrativo, inclusive no que tange aos prazos, condições e locais de entrega, mediante solicitação de serviços feito pelo Município sob pena de rescisão de contrato.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fl. 59

b) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da execução do objeto desta licitação, inclusive materiais, mão de obra, locomoção, transporte, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciária, encargos trabalhistas, comerciais e outras decorrentes de sua execução.

c) Zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando-se todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto.

d) Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos, causados ao Contratante ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução do contrato, bem como, por qualquer que venha a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses.

e) A Contratada comprometer-se-á a dar total garantia quanto a qualidade dos serviços fornecidos, bem como efetuar a substituição, totalmente às suas expensas, de qualquer trabalho executado fora das especificações constantes da proposta apresentada, quando requisitado pelo Contratante.

f) Comunicar imediatamente, por escrito, ao Contratante, através da fiscalização do contrato, qualquer anormalidade verificada, como também informar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

g) Assumir todas e quaisquer reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos ávidos e originados da execução do Contrato, e que sejam ajuizados contra o Contratante por terceiros.

h) Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação.

i) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou no Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA PARTE CONTRATANTE

6.1. São obrigações do Município de Antônio Almeida, por intermédio de suas secretarias, fundos e órgãos:

a) Receber os serviços adjudicados, verificando as condições de entrega, conferindo a compatibilidade das especificações constantes da Nota Fiscal com a Nota de Empenho e atestando seu recebimento.

b) Permitir o acesso dos empregados da licitante vencedora às dependências do Contratante para a execução dos serviços proporcionando todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições ora ajustadas.

c) Promover, por meio de servidores especialmente designados, o acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato Administrativo sob os aspectos quantitativos e qualitativos, dando aceite observando o detalhamento contido neste Termo ou devolvendo para substituição,

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fl. 60

os que porventura não atenderem as descrições e especificações exigidas, sem ônus para a Contratante.

d) Efetuar o pagamento dos bens serviços efetuados pela Contratada, em até 30 (trinta) dias após recebimento definitivos dos produtos e após atesto da Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal, comprovando o efetivo fornecimento dos produtos.

e) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua Proposta de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os serviços deverão ser prestados diretamente nos locais indicados na Ordem de Serviços, de acordo com a necessidade de consumo, até a quantidade limite contratada, no prazo de até 05 (cinco) dias contados da data de entrega da Nota do Empenho e Autorização de Fornecimento a Contratada, sem qualquer acréscimo adicional para a Administração independentemente da quantidade solicitada.

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e, em seguida, definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

7.3. Acaso insatisfatória a verificação dos produtos, será lavrado termo de recusa dos mesmos, no qual se consignará as desconformidades verificadas, devendo ser substituído, no prazo máximo a ser determinado pelo setor competente, contados da comunicação formal da Administração do Setor à Contratada, sob pena de aplicação das punições previstas nestes instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Antônio Almeida/PI, até 30 dias após a solicitação que deverá ser protocolada até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao fornecimento definitivo dos bens, acompanhado da nota fiscal/fatura, emitida juntamente com recibo em 04 (quatro) vias de igual valor, cópia do contrato/nota de empenho, cópia das certidões de regularidade junto ao INSS e FGTS certidões conjunta de dívida ativa e débitos fiscais junto à união, certidão negativa de débitos junto a fazenda estadual, certidão negativa de débitos municipais, ordem de fornecimento do objeto, firmado pela autoridade competente, e em conformidade com o disposto no art. 40, inciso XIV, alínea "a" da Lei 8.666/93.

8.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração.

8.3. Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega dos alimentos.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fl. 61
RUBRICA

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

9.1. Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 11 (onze) meses a partir da data base e serão realizados conforme os procedimentos:

a) O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, instituído pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

b) A data base adotada será a data 01 (um) ano posterior ao início da vigência contratual.

c) Para o cálculo do reajustamento será utilizada a seguinte fórmula:

$R = V \times \frac{I - Io}{Io}$ = onde:

R - Valor do reajustamento calculado;
V - Valor contratual do objeto a ser reajustados;
I - Índice (IPCA), correspondente a data do reajuste (12 meses da data base);
Io – Índice (IPCA), correspondente à data base.

9.2. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da Contratada, conforme solicitações de fornecimento realizadas pelo Contratante.

9.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização da execução desta avença será exercida por fiscal de contrato ou equipe de fiscais designados pela Administração Municipal. O fiscal designado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma, conforme art. 58, inciso III, e art. 67, § 1° e § 2° da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL. 62
RUBRICA

11.1. A Contratada estará sujeita à imputação das penalidades, conforme decidir a autoridade competente em caso de cometimento de infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93, ante a eventual inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para ao Contratante.

b) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado na providência necessária e de 1,0% (um por cento) por dia, após o trigésimo dia de atraso acumulada com as multas cominatórias abaixo:

b.1) Multa de 5,0% (cinco por cento) do valor do total do contrato por faltas médias, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento).

b.2) Multa de 10,0% (dez por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízo para o ente público contratante.

c) Suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a entidade licitante e descredenciamento no SICAF, por prazo não superior a 02 (dois) anos, entre outras, nas hipóteses:

c.1) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato.

c.2) Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto.

c.3) Não mantiver a Proposta de Preços apresentada no certame licitatório.

c.4) Falhar gravemente na execução do contrato.

c.5) Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados, entre outros comportamentos e em especial quando:

d.1) Apresentar documentação falsa exigida para o certame.

d.2) Comportar-se de modo inidôneo.

d.3) Cometer fraude fiscal.

d.4) Fraudar na execução do contrato.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FL. 63
RUBRICA

11.2. Também fica sujeito às penalidades do art. 87, incisos III e IV, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a Contratada que:

a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, no qual será assegurado o contraditório e a ampla defesa à Contratada, com comunicações realizadas por meio do Diário Oficial do Município, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93.

11.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

11.5. As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal de Antônio Almeida/PI ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2. O presente ajuste poderá ser rescindido unilateralmente ou por acordo entre as partes nas formas e condições definidas na legislação vigente.

12.3. Para a rescisão unilateral a Contratante deve proceder a notificação da empresa Contratada, por escrito, concedendo prazo mínimo de 05 (cinco) dias corridos para apresentação de suas razões, sem que lhe caiba qualquer ônus. Dispensa-se este prazo quando o motivo da rescisão for imputável à Contratada.

12.4. Por meio deste ajuste, as partes interessadas reconhecem os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICADA E CASOS OMISSOS

13.1. Este Contrato Administrativo será regido pelas normas presentes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais legislações complementares; regulando-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fl. 64
RUBRICA

13.2. Os instrumentos legais mencionados no item anterior, bem como os princípios que regem a atuação da Administração Pública e as normas relativas a contratos, devem dirimir os casos omissos eventualmente identificados no curso da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE REGULARIDADE

14.1. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do ajuste, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por aqueles que pretendem contratar com a Administração Pública, para o ramo pertinente, como previsto nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. O extrato resumido do instrumento do Contrato será publicado pelo ente Contratante no Diário Oficial do Município, em cumprimento ao disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Cidade e Comarca de Marcos Parente/PI (Termo Judiciário: Antônio Almeida/PI), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme é assinado pelos Contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Antônio Almeida/PI, 25 de janeiro de 2022.

MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA
Sr. MARCELO TOLEDO LAURINI
Contratante

KERLLON FONTENELE DE ANDRADE
Sr(a). Francisco Emilio Araújo da Silva
Contratada

Testemunhas:

01 – Nome: Bruna Loaiden da Silva Oliveira
CPF: 009.715.243-94

02 – Nome: Aleivan Pinto da Silva
CPF: 015368133 08

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fl. 65
RUBRICA

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO ALMEIDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 099/2022– CPL/PMAA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 004/2022
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 004/2022
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA
CONTRATADO: KERLLON FONTENELE DE ANDRADE
OBJETO: Prestação dos serviços de hospedagem na internet e manutenção do site institucional da Prefeitura Municipal de Antônio Almeida/PI
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93
VALOR MENSAL: O valor global contratado no presente ajuste, para fornecimento do objeto licitado é de R$ 12.000,00 (doze mil reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de 1.000,00 (hum mil reais), conforme detalhamento dos itens e especificações do serviço.
FONTE DOS RECURSOS: FPM, ICMS, IPVA, ISS, IPTU, CIDE e demais Recursos Próprios
DATA DA ASSINATURA: 25/01/2022

Antônio Almeida/PI, 26 de janeiro de 2022.

MARCELO TOLEDO LAURINI
Prefeito Municipal

Id:0CC549947EEF0533

ANTÔNIO ALMEIDA

CPL
Fls: _____
Ass: _____
PMAA-PI

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2022- PMAA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2022– PMAA'
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 096/2022

ASSINATURA: 04 DE JUNHO DE 2021.

PUBLICADO: 08 / 06 / 2021, NO MURAL DA PREFEITURA E NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ.

VIGÊNCIA: DO PRESENTE CONTRATO ATÉ 31/12/2021, CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO OU ATÉ O TÉRMINO DAS QUANTIDADES ESTIMADAS PARA CADA ITEM.
CONTRATADO: *SILVINO DE SOUSA ARAUJO EPP CNPJ/MF: 08.150.444/0001-88.*
OBJETO: ESTE CONTRATO TEM POR OBJETO, A AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COPA SE JUSTIFICA PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ANTÔNIO ALMEIDA-PI, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROPOSTA APRESENTADA, INTEGRANTES DESTA DISPENSA.
VALOR: R$: 6.662,40(SEIS MIL E SEISCENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos para pagamento dos serviços objeto do presente Contrato serão provenientes do FPM/ICMS/ISS/COMPLEMENTO EDUCAÇÃO E OUTROS RECURSOS, com suporte orçamentário na seguinte rubrica:

UNID.ORÇ.	CLASS.FUNCIONAL	NAT.DESPESA
07.02	04.122/0028.2003.0000	33.90.30.00
02.05	12.361.0130.2026.0000	33.90.30.00

Id:09FEBEA3C3DB04CC

ANTÔNIO ALMEIDA

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO ALMEIDA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 099/2022– CPL/PMAA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 004/2022
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 004/2022
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA
CONTRATADO: KERLLON FONTENELE DE ANDRADE
OBJETO: Prestação dos serviços de hospedagem na internet e manutenção do site institucional da Prefeitura Municipal de Antônio Almeida/PI
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93
VALOR MENSAL: O valor global contratado no presente ajuste, para fornecimento do objeto licitado é de R$ 12.000,00 (doze mil reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de 1.000,00 (hum mil reais), conforme detalhamento dos itens e especificações do serviço.
FONTE DOS RECURSOS: FPM, ICMS, IPVA, ISS, IPTU, CIDE e demais Recursos Próprios
DATA DA ASSINATURA: 25/01/2022

Antônio Almeida/PI, 26 de janeiro de 2022.

MARCELO TOLEDO LAURINI
Prefeito Municipal

Id:0B62041C216504CB

ANTÔNIO ALMEIDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 099/2022– CPL/PMAA
DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2022

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Antônio Almeida/PI, no cumprimento das atribuições legais, considerando a Opinião Técnica Administrativa expedida pela Comissão Permanente de Licitações deste Município, bem como os fundamentos do Parecer favorável da Assessoria Jurídica Especializada, ambos presentes no Processo Administrativo nº 099/2022referente a Dispensa de Licitação 004/2022, **RESOLVE:**

Com fundamento no art. 26 da Lei nº 8.666/93, **RATIFICAR** a contratação, por meio de dispensa de certame licitatório, da empresa **KERLLON FONTENELE DE ANDRADE (CNPJ nº 21.456.493/0001-49)**, pelo valor mensal de 1.000,00 (hum mil reais), em 12(doze) parcelas de janeiro a dezembro de 2022, totalizando o valor Global de R$ 12.000,00 (doze mil reais). Prestação dos serviços de hospedagem na internet e manutenção do site institucional da Prefeitura Municipal de Antônio Almeida/PI.

Desta forma, através deste instrumento autorizo ao setor responsável que adote as providências legais para formalizar a contratação da empresa vencedora do procedimento administrativo, devendo ser respeitadas as disposições da legislação pertinente.

Publique-se, no prazo legal, este Termo de Ratificação na Imprensa oficial deste Município, como condição para eficácia dos atos adotados e constantes dos autos do presente processo.

Antônio Almeida/PI, 13 de janeiro de 2022.

MARCELO TOLEDO LAURINI
Prefeito Municipal

Id:09FEBEA3C3DB04D4

ANTÔNIO ALMEIDA

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
SEGUNDO ADITIVO CONTRATUAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 011/2020 – CPL/PMAA
TOMADA DE PREÇOS Nº: 001/2020
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 024/2020
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI
CONTRATADO: COUTO & CAVALCANTE SOCIEDADE DE ADVOGADOS
OBJETO: Segundo aditivo contratual, tendo por objeto a prorrogação da vigência do contrato firmado entre as partes **PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA TRIBUTÁRIA, PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE INTELIGÊNCIA FISCAL, INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA, RECUPERAÇÃO DE PASSIVOS TRIBUTÁRIOS E A QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO PERMANENTE DOS AGENTES PÚBLICOS ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES DA GESTÃO E PLANEJAMENTO DE TRIBUTOS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO ALMEIDA/PI.**

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 57, INCISO II, DA LEI Nº 8.666/93
FONTE DOS RECURSOS: RECURSOS PRÓPRIOS
DATA DA ASSINATURA: 20/01/2022
PERÍODO ADITIVADO: 12(DOZE) MESES

www.diarioficialdosmunicipios.org
A divulgação virtual dos atos municipais